ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ACÓRDÃO N.º. 005/2022/CRF/PMPV

ACÓRDÃO N.º. 005/2022/CRF/PMPV

SESSÃO ORDINÁRIA N.º	007/2022/CRF/PMPV
RECURSO VOLUNTÁRIO N.º	016/2021/PRES/CRF/SEMFAZ
NOTIF. DE LANÇAMENTO N.º	374/2020
SUJEITO PASSIVO	GISELI VIERA CAIRES
RECORRENTE	GISELI VIERA CAIRES
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PROCESSO N.º	06.08734-000/2020
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA N.º	01.29.510.1596.1161
VALOR ORIGINÁRIO (RS)	RS. 990,14 (NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO. ISSQN. SUJEIÇÃO PASSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EXECUTADAS POR PESSOA FÍSICA OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PADRÕES DE CONSTRUÇÃO DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DO ISSQN POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. OCORRÊNCIA. Os prestadores ou tomadores de serviços submetem-se a todos os regramentos previstos na legislação tributária municipal, ressalvada a existência de tratamento diferenciado previsto em norma específica e reconhecido pelo Fisco. Em conformidade com o disposto no artigo 8º, subitem 7.02, artigo 18, inciso XVI, c/c artigo 19, inciso I, alínea “d”, e Anexo I, da Lei Complementar n.º. 369/2009.

Recurso Voluntário Conhecido e Improvido...

(...) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos dos presentes (6X0), nos termos do voto do Conselheiro Relator Felipe Ampuero Marques, que faz parte da presente decisão, conforme consta na Ata da 7ª Sessão Ordinária/2022, nos seguintes termos: “(...) **CONHECER do recurso voluntário interposto, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterados os termos da decisão de 1ª Instância, no sentido de declarar PROCEDENTE a notificação de lançamento n.º 374/2020 e o crédito tributário decorrente, no valor de R\$ 990,14 (Novecentos e noventa reais e quatorze centavos).**”. Data da conclusão do Julgamento, 10/03/2022.

Valor do crédito tributário reconhecido na Decisão do CRF/PMPV e devido na data da autuação correspondia a R\$ 990,14 (Novecentos e noventa reais e quatorze centavos), devendo este valor ser atualizado para a data da efetivação do pagamento.

CRF, Sala Virtual de Julgamento, Sessão Ordinária n.º. 007/2022.

ANA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA
Presidente do CRF/PMPV

FELIPE AMPUERO
Conselheiro – Relator

ARI CARVALHO DOS SANTOS
Representante da SEMFAZ no CRF

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C87CB60E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 25/03/2022. Edição 3186
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>